

Presidente da AMB responde pelo do STF

Em cumprimento à promessa feita na véspera, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, não respondeu às insinuações feitas ontem pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, de que o chefe do Judiciário faz nepotismo. Mas, numa nota oficial na qual manifesta apoio a Velloso, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Luiz Fernando de Carvalho, afirma que ACM "não deve desconhecer que filho na carreira do pai é motivo de orgulho, e não de vergonha".

Assim como ACM, que teve um filho atuante na mesma carreira, o deputado Luís Eduardo Magalhães, morto em abril do ano passado, Velloso é pai de quatro bachearês em direito. Carlos Mário da Silva Velloso Filho é advogado e secretário-geral da Seccional do Distrito Federal; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As filhas Rita de Cássia Velloso Rocha e Rosa Maria Velloso da Costa e Silva são funcionárias concursadas da Justiça do Trabalho.

A última filha do presidente do STF, Ana Flávia Penna Velloso, era assessora no Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas deixou o cargo há mais de dois anos ao se mudar para Paris, na França, onde se casou com Francisco Rezek, ex-ministro do STF e que

atualmente exerce a função de juiz da Corte Internacional de Haia.

O presidente da AMB começa a nota afirmando que "falsa vestal não pode se dar ao luxo de falar em mácula sem lembrar o estigma da corda em casa de enforcado". Num ataque direto a ACM, Luiz Fernando de Carvalho afirma que "quem cevou prestígio político e opulência no regime militar não tem idoneidade para formular desafios morais". Ele diz que "a ganância de poder e a pose de dono da verdade têm levado o presidente do Senado a ataques de verbonágia" e que "a ofensa a juizes e advogados é própria dos que desprezam o Direito e a Justiça, que não são repastos da política".

Os desentendimentos entre ACM e Velloso começaram depois que o STF suspendeu a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas e o aumento da alíquota dos funcionários que ganham mais do que R\$ 1,2 mil. A decisão representou uma perda anual de arrecadação de cerca de R\$ 2,4 bilhões. "A República merece respeito, está cansada da política do espetáculo", afirma Carvalho antes de concluir a nota dizendo que somente em clima de "harmonia entre os Poderes" é possível diminuir a violência, desejada pela população, assim como "trabalho e paz".

Juizes farão protestos em todo o País

BRÁSÍLIA - O "Dia Nacional de Mobilização e Protesto" dos juizes, em todas as capitais e principais cidades do País, será realizado amanhã com atos públicos e debates nos foros e, em algumas cidades, com audiências públicas. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Luiz Fernando de Carvalho, explicou ontem que as manifestações não terão o "tom de greve ou de paralisação", e que as medidas urgentes - como pedidos de habeas corpus - serão atendidas, dentro do possível, "com o mínimo de prejuízo para as partes".

No Rio, como em diversas capitais, haverá debates ao longo do dia sobre a reforma do Judiciário e a questão salarial dos magistrados, tendo em vista suas condições de atuação e sua crescente "desvalorização", conforme afirma ainda o presidente da AMB.

As manifestações no Fórum do Rio terão início às 9h30, com o hasteamento da bandeira e a execução do Hino Nacional. A abertura dos painéis será às 10 horas, com a presença dos presidentes do Tribunal de Justiça, Humberto Manes; da AMB; da Assembléia Legislativa, deputado Sérgio Cabral Filho; e, provavelmente, do governador Anthony Garotinho.

O primeiro debate, sobre "A importância do Judiciário no Estado de Direito e como garantia dos direitos fundamentais e das liberdades indi-

viduais dos cidadãos", será presidido pelo desembargador Humberto Manes, tendo como debatedores o secretário de Justiça do Rio de Janeiro, Sérgio Zweiter, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindijustiza), César Salgueiro.

As 14h30, o painel será sobre "A independência da magistratura, controle externo do Judiciário, responsabilidade civil do magistrado, controle interno das decisões judiciais, garantias e prerrogativas dos magistrados e sua independência econômica". Participarão dos debates o vice-presidente do Tribunal de Justiça, Thiago Ribas Filho; os desembargadores Marcos Faver e Sylvio Capanema, além do presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), João Luís Duboc Pinlaud.

Finalmente, às 16h20, o tema será "A reforma do Poder Judiciário e os limites do poder constituinte derivado". Sob a Presidência do desembargador Gama Malcher, discutirão o assunto o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Célio Borja, o desembargador Sérgio Cavallieri, o juiz Fernando Cabral e o vice-presidente da Comissão Especial da reforma do Judiciário na Câmara, deputado Ildio Rosa (PMDB-RJ).

O presidente da AMB, Luiz Fernando de Carvalho, estará em Brasília, às 16 horas, a fim de participar de manifestação no Tribunal do Júri da capital federal.